

EFEITO DA PUBLICAÇÃO DO RELATO INTEGRADO NA QUALIDADE DE AUDITORIA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

THE EFFECT OF INTEGRATED REPORTING DISCLOSURE ON AUDIT QUALITY: EMPIRICAL EVIDENCE

Ana Laura Alves Carvalhais¹

Lúcio de Souza Machado²

Dermerval Martins Borges Júnior³

RESUMO: Esta pesquisa foi motivada pela constatação de que, embora existam estudos que associam a qualidade da auditoria às práticas ESG, como os trabalhos de Wang et al. (2022), Freitas (2022) e Pereira et al. (2021), ainda são escassas as investigações que relacionam ou buscam compreender a conexão entre a publicação do relato integrado e a qualidade da auditoria. Dessa forma, o objetivo deste estudo é examinar a relação entre a publicação do relato integrado e a qualidade da auditoria, com base em uma amostra de empresas listadas na B3 que divulgaram tal relatório entre os anos de 2020 e 2023. Para examinar essa relação, utilizou-se a técnica de regressão linear, sendo a qualidade da auditoria, variável dependente, mensurada com base no modelo de gerenciamento de resultados de Jones Modificado, conforme proposto por Kothari, Leone e Wasley (2005). Os resultados da regressão indicam que não há evidências estatísticas suficientes para afirmar que a divulgação do relato integrado impacta positivamente a qualidade da auditoria. Em outras palavras, não se comprovou que empresas que optam por publicar o relato integrado apresentam qualidade superior de auditoria, o que levou à rejeição da hipótese formulada. Ainda assim, conclui-se que os achados contribuem para a literatura acadêmica sobre o tema, especialmente por se tratar de uma abordagem ainda pouco explorada no contexto brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Relato integrado; Auditoria; Qualidade da Auditoria; ESG.

ABSTRACT: This research was motivated by the finding that, although there are studies associating audit quality with ESG practices, such as the works by Wang et al. (2022), Freitas (2022), and Pereira et al. (2021), investigations relating to or seeking to understand the connection between Integrated Reporting disclosure and audit quality are still scarce. Thus, the objective of this study is to examine the relationship between the publication of the integrated report and audit quality, based on a sample of B3-listed companies that disclosed this report between the years 2020 and 2023. To examine this relationship, the linear regression technique was used, with audit quality, the dependent variable, measured based on the Modified Jones Earnings Management Model, as proposed by Kothari, Leone, and Wasley (2005). The regression results indicate that there is no sufficient statistical evidence to state that Integrated Reporting disclosure positively impacts audit quality. In other words, it was not proven that

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Universidade Federal de Goiás. Campus Samambaia, Rua Samambaia, s/n, Chácara Califórnia, Goiânia, Estado de Goiás. Telefone: (62) 3521-1390. E-mail: carvalhais.analaura@gmail.com

² Doutor em Psicologia pela PUC Goiás. Universidade Federal de Goiás. Professor Associado. Campus Samambaia, Rua Samambaia, s/n, Chácara Califórnia, Goiânia, Estado de Goiás. Telefone: (62) 3521-1390. E-mail: luciomachado@ufg.br

³ Doutor em Administração e em Contabilidade pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Adjunto. Campus Samambaia, Rua Samambaia, s/n, Chácara Califórnia, Goiânia, Estado de Goiás. Telefone: (62) 3521-1390. E-mail: dermeval.junior@ufg.br

companies that choose to publish the integrated report exhibit superior audit quality, which led to the rejection of the formulated hypothesis. Nevertheless, the findings are concluded to contribute to the academic literature on the topic, especially as this approach is still relatively unexplored in the Brazilian context.

KEYWORDS: Integrated reporting; Auditing; Audit quality; ESG.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, houve um aumento significativo nas discussões sobre *ESG - Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança). Autores, como Wang, Tu e Li (2022), relatam a necessidade de discussões voltadas para relatórios semelhantes ao relato integrado (RI), que vão além dos dados financeiros tradicionais, e afirmam a importância da ESG na construção da relação de confiança entre as partes.

Observa-se que os *stakeholders* influenciam as empresas a divulgarem informações que refletem a realidade empresarial. Abreu, Castro e Lazaro (2013) constataram que os *stakeholders* pressionam as empresas a serem proativas em relação ao meio ambiente. Afinal, uma empresa com elevado desempenho ESG apresenta uma posição mais favorável no mercado, pois transparece o seu compromisso na redução de impactos ambientais e, por conseguinte, melhor relacionamento e contribuição para a sociedade (Moffitt; Patin; Watson, 2023).

Quando se refere à contabilidade e ao relato integrado, nota-se um tema recente e altamente discutido entre profissionais e estudiosos da área. Contudo, foi apenas em 2020 que houve a criação de um padrão de divulgação do relato integrado pela Orientação Técnica do Comitê de Pronunciamento (OCPC) de n.º 9. No mesmo ano, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou a Resolução n.º 14, por meio da qual o relatório passou a ser objeto da asseguração limitada. Todavia, ainda, não se tem uma Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente (NBC TA) específica com as diretrizes para tal revisão, além de não haver uma lei que torne obrigatória a divulgação de tal documento.

Nesta perspectiva, ao analisar especificamente o desenvolvimento da auditoria, observa-se uma carência quando se trata de assuntos relacionados a ESG (Veiga, 2021), dessa forma, há uma ausência de transformações ou novas técnicas evidentes na auditoria para que o processo de asseguração vá além da tradicional rotina de análise ou relatório tradicional. Resende e Martins (2022), ao analisarem os relatórios de auditoria da Vale S.A. e Samarco Mineração S.A., chegaram a uma opinião semelhante ao notarem que as auditorias independentes incluíram parágrafos sobre o impacto dos desastres ambientais nos demonstrativos financeiros, porém, não houve mudanças significativas nesse sentido ao longo dos anos, e tampouco adicionaram tópicos abordando as práticas ESG das empresas.

Nos últimos anos, algumas pesquisas realizadas buscaram compreender as perspectivas dos relatórios de sustentabilidade dentro da realidade do mercado. Destaca-se entre elas a pesquisa de Pereira, Almeida, Silva e Carmo (2021) que relacionou a divulgação de informações de responsabilidade social corporativa e o gerenciamento de resultado (GR) nas empresas. O estudo de Pereira et al. (2021) contribuiu para estabelecer a comprovação da hipótese de que a prática de divulgação de informações relacionadas a ESG implica na redução do gerenciamento de resultado. Outra pesquisa relevante refere-se ao estudo desenvolvido por Freitas (2022), que, ao analisar a qualidade da auditoria associada ao escore ESG, comprovou a existência de uma relação positiva entre a qualidade de auditoria e as práticas ESG.

O trabalho de Wang et al. (2022) se destaca justamente por analisar a qualidade da auditoria, o desempenho ESG e os investimentos no contexto do mercado chinês, trazendo contribuições importantes para ressaltar o impacto do ESG nas empresas. Segundo os autores, as práticas ESG impactam diretamente na melhoria dos investimentos, ademais, a qualidade da

auditoria apresenta um papel mediador nas relações envolvendo a ESG justamente por garantir a qualidade da informação.

Além dos trabalhos relacionados à ESG, diversas pesquisas foram realizadas nos últimos anos visando tanto conceituar quanto mensurar a qualidade da auditoria e compreender seus determinantes, como, por exemplo, os estudos de Dantas e Medeiros (2015) e Braunbeck (2010). De acordo com Andrade (2022), existem diversas formas de medir a qualidade da auditoria, porém, a principal forma é utilizar-se de métricas de gerenciamento de resultado. A premissa básica é a de quanto maior o gerenciamento de resultados nas empresas, menor a qualidade de auditoria independente.

Embora existam pesquisas que relacionaram a qualidade de auditoria às práticas ESG, como, por exemplo, os trabalhos de Wang et al. (2022), Pereira et al. (2021) e Freitas (2022), ainda não se encontram estudos medindo o efeito da publicação do relato integrado de empresas listadas na bolsa de valores brasileira na qualidade de auditoria. À vista disso, apresenta-se a seguinte questão de investigação: qual é o impacto do relato integrado na qualidade de auditoria externa? O objetivo geral, portanto, é **examinar a relação entre a publicação do relato integrado e a qualidade da auditoria**.

Segundo Knechel, Krishnan, Pevzner, Shefchik e Velury (2012), apesar de haver pesquisas relacionadas à qualidade da auditoria, ainda há bastante espaço para pesquisas futuras. Kim, Park e Wier (2012) argumentaram que empresas que divulgam informações relacionadas a ESG tendem a evitar o gerenciamento de resultado, sendo necessário um olhar mais cuidadoso e criterioso sobre o impacto dos relatórios relacionado ao tema, especialmente porque essas informações podem ser utilizadas para mascarar comportamentos socialmente irresponsáveis.

Desta maneira, este estudo vem contribuir ao relacionar a divulgação do relato integrado à qualidade de auditoria. É inegável a relevância desse tema, pois pode impactar diretamente a percepção da divulgação do relato integrado contribuindo significativamente para a literatura da qualidade de auditoria sobre a ótica da divulgação do relato integrado no Brasil. Além de colaborar para a união de dois temas que até o momento pouco se discutiu em conjunto: relato integrado e qualidade de auditoria.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Diante do objetivo principal deste artigo optou-se por dividir o referencial teórico em dois tópicos principais: qualidade da auditoria e suas métricas e relato integrado associado à auditoria independente ou externa.

2.1 Qualidade da Auditoria e suas Métricas

O *Government Accountability Office* (Escritório de Responsabilidade Governamental – GAO, 2003) afirma que a qualidade da auditoria está diretamente relacionada com os padrões de auditoria geralmente aceitos, a qual visa garantir uma segurança razoável sobre as demonstrações financeiras auditadas tanto sobre os princípios contábeis geralmente aceitos (GAAP) quanto para possíveis distorções relevantes. Segundo Chan e Wong (2002), a qualidade da auditoria está relacionada ao fato de o auditor conseguir detectar erros ou fraudes nas demonstrações contábeis.

Palmrose (1988) classificou a qualidade da auditoria conforme o nível de asseguração, dessa forma, conceituando o termo como a probabilidade de que as demonstrações contábeis contenham erros materiais. Enquanto Francis (2011) considera que o esforço e extensão do auditor no processo de auditoria tem impacto direto na qualidade do serviço final ou entregue. Andrade (2022) afirma que a falta de um consenso de definições de qualidade da auditoria, de certa forma, demonstra o grau de complexidade envolvida no processo de asseguração.

A qualidade da auditoria, conforme discutido por Knechel et al. (2012), é um tema amplamente debatido, sujeito a várias investigações. As discussões sobre o tema expõem uma gama diversificada de conceitos variando segundo as partes interessadas. Essa diversidade de perspectivas resulta em uma dificuldade intrínseca de estabelecer uma forma única e consensual de critérios para métricas da qualidade da auditoria. Por conseguinte, a ausência de uma definição universal dificulta o desenvolvimento de métricas para a sua mensuração, segundo Andrade (2022).

A definição de qualidade de auditoria trazida por Palmrose (1988) estabelece a necessidade de definir uma *proxy* válida ao realizar pesquisas sobre a qualidade de auditoria correlacionando com outros fatores. Heringer (2001) evidencia a utilização do gerenciamento de resultado como *proxy* para a qualidade da auditoria. Além disso, Andrade (2022) ressalta que as categorias de *proxies* mais utilizadas são: distorções materiais, comunicação do auditor, qualidade dos relatórios financeiros, percepção, características do auditor e recursos de contratação entre auditor e cliente.

Ao se utilizar do gerenciamento de resultado como *proxy* para medir a qualidade de auditoria nota-se uma gama de modelos e associações conforme a ausência ou a presença de *accruals* (Diri, 2018). O estudo de Dang (2004) não apenas contribuiu com a premissa de que a qualidade da auditoria está inversamente relacionada ao gerenciamento de resultado, mas como também ressaltou que as empresas com falhas de auditoria tendem a dividir o lucro com a gestão em uma extensão significantemente maior.

Schipper (1989) acredita que o gerenciamento de resultado significa a gestão da própria divulgação com a intenção de obter algum ganho privado ao invés de melhorar ou facilitar uma operação. Do mesmo modo, Healy e Wahlen (1999) informam que o gerenciamento de resultado ocorre quando os gestores fazem o uso de seus conhecimentos para alterarem relatórios financeiros e enganarem as partes interessadas sobre o real desempenho empresarial. Já Mulford e Comiskey (2002) discorrem sobre o tema afirmando que é uma manipulação ativa dos lucros para atingir determinada meta.

Ronen e Yaari (2008), por sua vez, afirmam que o gerenciamento de resultado é a junção de decisões gerenciais que promove a não divulgação do verdadeiro lucro de curto prazo e maximizam o valor da empresa. Ao passo que Walker (2013) o define como o uso de discriminação gerencial sobre eventos contábeis e lucro.

Ademais, Baptista (2009) classificou a fonte de gerenciamento de resultado em três grandes grupos, sendo eles: o uso de *accruals*; mudança no método contábil; e mudança na estrutura do capital. Para a presente pesquisa, será empregado o modelo de gerenciamento de resultado voltada para o uso de *accruals*, sendo estes a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional (Dechow; Sloan; Sweeney, 1995).

2.2 Relato Integrado e Auditoria

Higgins, Stubbs, Love (2014) traçam a origem da implementação do relato organizacional de natureza voluntária a partir de 1960, destacando a crescente consolidação desse formato ao longo do tempo, culminando com a significativa publicação de relatórios ambientais em 1976. Com o passar dos anos e a popularização dos relatórios voluntários, os pontos estratégicos passaram a ser aprimorados e o relatório voluntário relacionado aos resultados estratégicos passam a ser reconhecidos como parte integrante da estratégia organizacional (Milne; Patten, 2002).

Segundo Solomon e Lewis (2002), estratégias voltadas ao posicionamento de mercado, política e responsabilidade social começaram a ser motivos para a divulgação dos resultados relacionados a informações voluntárias. Moffitt et al. (2023) ao estudarem o impacto do desempenho ESG nas empresas, notaram que um alto desempenho desperta um forte interesse

do mercado na empresa e apresenta uma alta probabilidade de alcançar controle interno de qualidade.

Dessa forma, diante do aumento na preocupação com o meio ambiente por parte da população, foi observado um aumento na divulgação do relato integrado, conforme mostra a pesquisa realizada pela *International Federation of Accountants* (Federação Internacional de Contadores - IFAC). De acordo com a pesquisa, o Brasil aparece como o quarto colocado com empresas que mais divulgam o relato integrado.

Hancks e Gardiner (2012) afirmam que o relato integrado está ligado há momentos de crises e pressões sociais envolvendo transparência empresarial, globalização e preocupação ambiental. Segundo Higgins et al. (2014), o relatório nasce a partir da necessidade de mudar a visão da população sobre a contabilidade, uma vez que o foco deixaria de ser apenas o financeiro e passaria a abordar viés social e ambiental. Sendo por este fato, considerado um instrumento de vantagem competitiva dentro da estrutura global, conforme descrevem Rowbottom e Locke (2013).

O relato integrado foi desenvolvido pelo *International Integrated Reporting* (Conselho Internacional para Relato Integrado - IIRC), sendo sua missão criar um modelo internacionalmente aceito que contenha todas as informações relevantes sobre estratégia, governança e desempenho. Castanha, Rengel, Koch e Gasparetto (2021) explicam em sua pesquisa que o projeto piloto de implementação do formato do relatório contou com mais de 100 organizações em torno do mundo, sendo 75 investidoras de 23 países. No Brasil, foram selecionadas 12 empresas: BNDES, BRF, Grupo CCR, CPFL Energia, Fibria Celulose, Grupo Segurador BB, Mapfre, Itaú Unibanco, Natura, Petrobrás, Via Gutenberg e Votorantim.

Para o IIRC o relato integrado é um relatório multidisciplinar baseado nos princípios da ESG e irá contribuir para o avanço da sustentabilidade e da contabilidade, por meio do reconhecimento e evidenciação de que o valor não está apenas no financeiro. Assuntos relacionados ao mundo sustentável corporativista começam a ganhar relevância em virtude do relato integrado, uma vez que transforma informações empresariais em públicas dando maior transparência às atividades executadas. Por isso, o relatório de informações divulgadas deve conter os diferentes tipos de capital em função do impacto ambiental positivo causado (Higgs, 2014).

Em 2020, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Orientação OCPC 09 - Relato Integrado, segundo a qual o relato integrado é definido como um processo de geração de informação de como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização no contexto do ambiente externo são capazes de gerar valor. Além de descrever os objetivos do relato integrado, o OCPC, definiu a estrutura formal e os princípios gerais. Essa norma introduziu novos tipos de capitais: o capital manufaturado, capital intelectual, capital humano, capital social e de relacionamento e capital natural.

Com a Resolução CVM n.º 14, de 9 de dezembro de 2020, fez-se obrigatório que companhias abertas fizessem uso do OCPC 09, devendo observância à norma quando optarem pela divulgação do relato integrado. Não obstante, a resolução afirma que o relato integrado deverá ser objeto de asseguração limitada por auditor independente.

Ao analisar pesquisas que associam a qualidade da auditoria às práticas ESG, nota-se uma relação entre os temas. Ao relacionar, em sua pesquisa, a qualidade da auditoria, o desempenho ESG e o investimento, Wang et al. (2022) concluíram que a qualidade da auditoria desempenha um papel mediador e ocorre em razão do mercado financeiro compreender que a verificação dos relatórios relacionados a ESG proporciona maior interesse para terceiros. Além disso, Freitas (2022) afirma que há uma relação positiva entre os fatores determinantes da qualidade da auditoria e a métrica utilizada relacionado a empresa à prática ESG.

Segundo Zeng, Quin e Zeng (2019), essa relação ocorre em detrimento do mercado financeiro entender que à verificação dos relatórios relacionados a ESG faz com que a qualidade

de auditoria aumente e, assim, envie sinais positivos para os terceiros. Não obstante, Paiva et al. (2021), ao analisarem as empresas que divulgam informações de Responsabilidade Social Corporativa, perceberam que essas companhias tendem a gerenciar menos seus resultados, ou seja, o gerenciamento de resultado é inversamente proporcional à publicação dessas informações. Dessa forma, uma boa qualidade de auditoria pode fornecer uma garantia maior acerca da confiabilidade nas informações coletadas relacionados ao relato integrado (Wang et al., 2002).

Assim, a partir da literatura apresentada (Wang et al., 2022; Freitas 2022; Zeng et al. 2019 e Paiva et al., 2021), foi possível estabelecer a hipótese a ser testada nesta pesquisa, como segue:

H₁: Empresas que divulgam o relato integrado tem maior qualidade de auditoria do que as que não divulgam.

3 MÉTODO

3.1 Definição da Amostra

A população desta pesquisa são todas as empresas listadas como ativas na B3 durante os anos de 2020 a 2023, conforme a base da Economática, com exceção das companhias do setor financeiro. A exclusão desse setor se justifica devido às características específicas que apresentam, como estrutura de capital e procedimentos contábeis distintos das demais companhias da bolsa (Pereira, 2021). Essas diferenças poderiam distorcer a análise ao compará-las com as outras empresas.

A partir da análise das informações relevantes divulgadas pelas empresas pertencentes à população da pesquisa, identificou-se 22 empresas que divulgaram relato integrado sem apresentarem valores ausentes (*missing values*). Adicionalmente, foram selecionadas outras 22 empresas que não divulgaram relato integrado, mas que possuíam características semelhantes de setor e tamanho às demais companhias.

Desta forma, a amostra final foi composta por 176 observações, distribuídas entre 44 empresas, conforme indicado na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição da Amostra Final por Setor da Bolsa

| Setor | Nº de empresas que divulgaram o RI | Nº de empresas que não divulgaram o RI | Nº de Observações | Percentual do total |
|---------------------|------------------------------------|--|-------------------|---------------------|
| Bens industriais | 3 | 3 | 24 | 13.64 |
| Consumo cíclico | 6 | 6 | 48 | 27.27 |
| Consumo não cíclico | 2 | 2 | 16 | 9.09 |
| Materiais básicos | 5 | 5 | 40 | 22.73 |
| Utilidade pública | 6 | 6 | 48 | 27.27 |
| Total | 22 | 22 | 176 | 100.00 |

Fonte: elaboração própria.

Pelos dados da Tabela 1, é possível observar que os setores com o maior número de empresas que divulgaram o RI foram os de consumo cíclico e utilidade pública, com 6 empresas cada um, seguido de materiais básicos, com 5. Logo, esses três setores somaram 17 empresas, representando, portanto, 77% do total da amostra.

3.2 Variáveis da Pesquisa

A qualidade de auditoria é estudada por intermédio de diferentes abordagens. Autores como Wang et al. (2022) e Zeng et al. (2019) associaram a qualidade de auditoria à presença

ou ausência de pareceres executados pelas *Big Four* (grandes empresas de auditoria mundial). Por sua vez, Dantas e Medeiros (2015) utilizaram o gerenciamento de resultado para calcular a qualidade de auditoria.

Para esta pesquisa, a qualidade de auditoria, ou seja, a variável dependente, foi medida utilizando o gerenciamento de resultado pelo método do Jones Adaptado (Kothari et al., 2005), assim como feito nos estudos de Moura e Machado (2023) e Pereira et al. (2021). Esse modelo leva em consideração a manipulação das vendas e apresenta a seguinte equação:

$$TA_{it} = \alpha \left(\frac{1}{A_{t-1}} \right) + \beta_1 (\Delta R_{it} - \Delta CR_{it}) + \beta_2 (PPE_{it}) + \beta_3 (ROA_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que:

TA_{it} = *accruals* totais da empresa i no período t ponderados pelos ativos totais no final do período $t-1$;

ΔR_{it} = variação das receitas líquidas da empresa i do período $t-1$ para o período t , ponderada pelos ativos totais no final do período $t-1$;

ΔCR_{it} = variação das contas a receber (clientes) da empresa i do período $t-1$ para o período t , ponderado pelos ativos totais no final do período $t-1$;

PPE_{it} = ativo imobilizado bruto da empresa i no final do período t , ponderado pelos ativos totais do final do período $t-1$;

ROA_{it} = Retorno sobre ativos da empresa i no final do período t , ponderados pelos ativos totais no final do período $t-1$;

A_{t-1} = ativos totais da empresa no final do período $t-1$;

$\alpha, \beta_1, \beta_2, \beta_3$ = coeficientes estimados da regressão;

ε_{it} = erro da regressão (resíduos).

Para a resolução da equação acima, além dos dados financeiros da empresa, faz-se necessário estimar os *accruals* totais. Segundo Formigoni, Antunes e Paulo (2009), os *accruals* representam a diferença entre o regime de competência e o regime de caixa, resultando em uma diferença temporária entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional. Assim, um dos métodos para calcular-se o gerenciamento de resultado é o elaborado por Dechow, Kothari e Watts (1998), representado na Equação 2:

$$TADFC = LL - FCO \quad (2)$$

Em que:

$TADFC$ = *Accruals* totais estimados pela Demonstração dos Fluxos de Caixa no período t ;

LL : Lucro líquido do período t ;

FCO = Fluxo de Caixa Operacional no período t .

Destaque-se que a literatura a respeito de gerenciamento de resultados, utilizado na pesquisa como *proxy* de qualidade de auditoria (Jones, 1991; Dechow; Sloan; Sweeney, 1995; Kothari et al., 2005) prediz que a estimativa dos resíduos (gerenciamento de resultados) deve ser feita por setor e período. Contudo, em função do número de observações da amostra final delimitada, o controle foi realizado apenas pelo período.

A variável independente de interesse deste estudo é a divulgação do relato integrado. Diante das peculiaridades deste reporte, ele foi caracterizado como uma *dummy*, atribuindo-se o valor 1 para as empresas que publicaram o RI e 0 para aquelas que não divulgaram o relatório. Pereira et al. (2021) também empregaram esse método, uma vez que o relato integrado foi uma das suas variáveis de evidenciação de responsabilidade social corporativa.

Ao utilizar-se como base os estudos de Pereira et al. (2021), Paiva et al. (2021) e Moura e Machado (2023) foram incluídas no modelo as seguintes variáveis de controle: o tamanho da empresa (TAM), retorno sobre os ativos (ROA), a alavancagem (ALAV) e pandemia do Covid-19.

Segundo Hochberg (2012), o aumento no porte da empresa leva a uma maior complexidade das demonstrações financeiras, o que intensifica o gerenciamento de resultados, logo piora a qualidade da auditoria. Em contraste, Watts e Zimmerman (1990) sugerem que essa relação pode ser inversa, onde a complexidade crescente pode tanto aumentar quanto diminuir o gerenciamento de resultados, dependendo das circunstâncias. Essa divergência destaca que as relações entre tamanho da empresa, complexidade das demonstrações financeiras e gerenciamento de resultados podem variar, resultando em efeitos negativos ou positivos em relação a qualidade da auditoria.

Ao se destacar o desempenho financeiro, Kim (2012) evidencia que o retorno sobre o ativo (ROA) traz uma associação negativa para o gerenciamento de resultado enquanto Dechow et al. (1995), de maneira semelhante, afirmam que a variação do ROA influencia os *accruals* discricionários. Essas informações sugerem que o desempenho financeiro, especificamente medido pelo ROA, desempenha um papel significativo na compreensão dos padrões de gerenciamento de resultados e, assim, na qualidade da asseguração.

As empresas com altos níveis de alavancagem financeira enfrentam maiores riscos, podendo estar mais motivadas a gerenciar seus resultados econômicos para atender as obrigações de dívida e evitar violações de contrato (Lee; Masulis, 2011) prejudicando, deste modo, a qualidade da auditoria. Em conformidade, Watts e Zimmerman (1990) afirmam que, quanto menor o passivo total a longo prazo, maior a chance de realizar procedimentos que aumentam o gerenciamento de resultado. Pode-se concluir, portanto, que empresas com alta alavancagem e sem uma boa governança corporativa e sem controles internos eficientes têm uma maior probabilidade de aumentar o GR (Hochberg, 2012), reduzindo a eficácia da auditoria.

Estudos como o de Xiao e Xi (2021) e Silva e Freire (2022) evidenciaram o impacto da pandemia de Covid-19 no gerenciamento de resultado, mesmo adotando métodos diferentes. Xiao e Xi (2021) concluíram que empresas com maior desempenho organizacional apresentaram um menor nível de gerenciamento de resultados durante a pandemia. Enquanto Silva e Freire (2022) concluíram que durante o primeiro ano da pandemia as empresas não possuem incentivos para a manipulação de resultados, apresentando baixo gerenciamento de resultado. Em consonância, Paiva et al. (2021) afirmaram, ao analisar o impacto da crise pandêmica SARS-CoV-2, que essa variável influenciou na piora da qualidade da auditoria uma vez que aumenta o gerenciamento de resultado nas empresas. Dessa forma, a pandemia impacta diretamente no gerenciamento de resultado e causa um efeito na qualidade de auditoria, sendo que essa relação está diretamente relacionada ao período de análise.

A Tabela 2 resume as variáveis desta investigação, ao trazer além da sigla, a descrição, fórmula e sinais esperados. É importante realçar que a premissa estabelecida na pesquisa é a de que quanto maior o gerenciamento de resultado, menor será a qualidade de auditoria (Paiva et al., 2021).

Tabela 2- Variáveis da Pesquisa

| Variável | Variável dependente | |
|-----------------|----------------------------|----------------|
| | Descrição | Fórmula |
| | | |

| | | | |
|--|---|---|--------------------|
| QA | <i>Accruals</i> discricionários | Calculados a partir do modelo de gerenciamento de resultado Jones Adaptado (1995). | |
| Variável independente de interesse | | | |
| Variável | Descrição | Fórmula | |
| RI | Variável <i>dummy</i> | 1 para empresas que divulgam o relato integrado e 0 para aquelas que não divulgam. | |
| Variáveis independentes de controle | | | |
| Variável | Descrição | Fórmula | Resultado esperado |
| TAM | Ativo total | Tama = Log do ativo | (+/-) |
| ROA | Retorno Sobre o ativo | Luco líquido / Ativo total médio | (+) |
| ALAV | Representa a relação entre o passivo de longo prazo e o ativo total | Endiv = Passivo total a longo prazo / Ativo | (-) |
| PANDEMIA | Crise pandêmica da SARS-CoV-2 | 1 para os anos que apresentaram a pandemia e 0 para aqueles anos que não. | (-) |

Fonte: elaboração própria.

3.3 Modelo Adotado

O método escolhido foi a regressão linear por meio dos mínimos quadrados ordinários (MQO). Assim, após a estimativa da qualidade de auditoria por meio do gerenciamento de resultado considerando os resíduos obtidos na Equação 1, aplicou-se a Equação 3:

$$QA_{it} = \beta_0 + \beta_1(VI_{it}) + \beta_n(VC_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Em que:

QA_{it} = Qualidade de auditoria da empresa i no período t ;

VI_{it} = Variável de interesse da empresa i no período t ;

VC_{it} = Variáveis de controle da empresa i no período t ;

ε_{it} = erro da regressão (resíduos).

Após a testagem dos dados e identificação das premissas, estimou-se o modelo descrito na Equação 3, por intermédio do software Stata 16, analisando a relação entre o RI e a QA. O exame dos dados permitiu identificar que o modelo mais adequado a ser empregado foi o de empilhamento simples (*pooled*) com utilização de erros padrões robustos para minimização de problemas de heterocedasticidade. Analisou-se, também, se as variáveis independentes possuíam alta correlação, por intermédio do Fator de Inflação da Variância (VIF). O resultado evidenciou que as variáveis independentes não possuíam problemas de multicolinearidade.

4 RESULTADOS

Na Tabela 3, são apresentados os resultados obtidos na regressão (Equação 3), que testou o impacto da variável preditora de interesse (RI) e as demais variáveis independentes de controle na qualidade de auditoria.

Tabela 3 -Resultado da Regressão Linear

| QA | Coeficiente | Erro Padrão | t | Valor-p | Intervalo de confiança (95%) |
|----------|-------------|-------------|-------|---------|------------------------------|
| RI | 0,0063375 | 0,0156191 | 0,41 | 0,685 | -0,0244949 0,03717 |
| PANDEMIA | -0,0005924 | 0,0142165 | -0,04 | 0,967 | -0,0286559 0,0274712 |
| TAM | -0,0506641 | 0,0090248 | -5,61 | 0,000 | -0,0684792 -0,032849 |

| | | | | | | |
|--------|------------|-----------|-------|-------|------------|-----------|
| ROA | 0,3127996 | 0,0720414 | 4,34 | 0,000 | 0,1705886 | 0,4550106 |
| ALAV | -0,0112137 | 0,0333722 | -0,34 | 0,737 | -0,0770909 | 0,0546635 |
| CONST. | 0,3258001 | 0,0588368 | 5,54 | 0,000 | 0,2096553 | 0,4419448 |

Fonte: elaboração própria.

Os resultados da regressão linear revelaram que a variável de RI, com um p-valor de 0,685, não apresenta uma relação significativa com a qualidade da auditoria. Este achado é consistente com o estudo de Pereira et al. (2021) que não apresentou uma associação clara ou significativa com a divulgação de informações de responsabilidade social corporativa e o gerenciamento de resultado pelo Modelo Jones Adaptado (Kothari et al., 2005), mas é importante ressaltar que os objetivos dos estudos se distinguem.

O resultado obtido foi distinto daquele apresentado na pesquisa de Wang et al. (2022). Na pesquisa, indicaram que o relato integrado impacta positivamente na qualidade de auditoria. Contudo, eles utilizaram métrica distinta deste estudo, ao medir a qualidade de auditoria considerando *Big Four* ou não. Assim, a interpretação requer zelo, para não comparar cenários distintos.

Portanto, os resultados apresentados não possibilitam a aceitação da hipótese estabelecida. Em outras palavras, a divulgação do relato integrado pelas empresas não é um preditor da qualidade de auditoria. Assim, pode-se depreender que a qualidade de auditoria, empregando como proxy medida de gerenciamento de resultados, do grupo de empresas que fizeram e publicaram RI e aquelas que não o fizeram não apresenta distinção.

Cabe informar que este resultado vai de encontro a outras pesquisas como as de Wang et al. (2022), Pereira et al. (2021) e Freitas (2022), que identificaram um efeito positivo na relação entre qualidade de auditoria e a divulgação de informações relacionadas a ESG. Contudo, de acordo com o trabalho de Resende e Martins (2022), ao analisarem os pareceres de auditoria das empresas Vale e Samarco, responsáveis por desastres ambientais em suas barragens, identificou-se um parágrafo específico que se manteve constante ao longo dos três anos analisados, mesmo após a introdução do Novo Relatório do Auditor Independente (NRA).

Assim, há a possibilidade de a inovação dentro do processo de asseguração ainda ser um tópico pouco desenvolvido quando se trata de assuntos ESG (Veiga, 2021). Dessa forma, mesmo o relato integrado sendo objeto de asseguração limitada, ainda não pode não constituir tópico amplamente discutido nos pareceres.

As variáveis Pandemia e Alavancagem também não apresentaram significância estatística, com p-valores de 0,967 e 0,737, respectivamente. Ou seja, essas variáveis não demonstraram relevância na qualidade de auditoria. Este resultado está em consonância com algumas pesquisas, como a de Silva e Freire (2022), que ao analisar o impacto da pandemia no gerenciamento de resultados em torno da oferta pública percebeu que a crise de saúde mundial não provocou um aumento do gerenciamento de resultados no primeiro ano. Isso pode ter se tornado mais evidente pelo fato de esta pesquisa ter utilizado o Modelo de Jones Adaptado (Kothari et al., 2005), pois ele trabalha com dados financeiros do período anterior para analisar o período atual.

Além disso, autores como Hochberg (2012) e Lee e Masulis (2011) notaram em suas pesquisas bibliográficas que a alavancagem pode ou não aumentar o gerenciamento de resultados. No caso desta pesquisa, a alavancagem não teve evidências suficientes para afirmar que há um efeito verdadeiro no objeto de estudo. Contudo, esse achado diverge da pesquisa de Pereira et al. (2021), que notou uma evidência de que empresas com maior alavancagem tendem a gerenciar mais e por conseguinte diminuir a qualidade de auditoria.

Os resultados mostram que, entre as variáveis analisadas, TAM e ROA são estatisticamente significativas e impactam na qualidade de auditoria. Um aumento no tamanho está associado a uma diminuição significativa na qualidade de auditoria, com um coeficiente de -0,0507 ($P > t = 0,000$). Por outro lado, um aumento no ROA está associado a um aumento

significativo na qualidade de auditoria, com um coeficiente de 0,3128 ($P>t = 0,000$). Em relação à variável tamanho, estudos como os de Pereira et al. (2021) e Moura e Machado (2023) chegaram a achados semelhantes, de que empresas maiores tendem a gerenciar menos os seus resultados.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo principal examinar a relação entre a publicação do relato integrado e a qualidade da auditoria, analisada por meio de uma *proxy* de gerenciamento de resultados, com base no modelo de Jones Adaptado (Kothari et al., 2005). Para tanto, foi aplicado um modelo de regressão com dados em painel a uma amostra composta por 22 empresas que divulgaram o RI e outras 22 que não o fizeram. Considerando a literatura existente sobre os preditores do gerenciamento de resultados, foram incluídas no modelo as variáveis que se destacaram nas obras consultadas, a saber: tamanho (TAM), retorno sobre o ativo (ROA), alavancagem (ALAV) e o contexto da pandemia de Covid-19.

O resultado da regressão indicou que não há evidência estatisticamente significativa de que empresas que divulgam o RI apresentam qualidade de auditoria superior àquelas que não o divulgam. Esse resultado levou à rejeição da hipótese de pesquisa, divergindo de estudos anteriores que analisaram a relação entre práticas ESG e qualidade da auditoria, como os de Wang et al. (2022) e Zeng et al. (2019). No entanto, é importante destacar que esses trabalhos utilizaram metodologias distintas e não isolaram o RI como variável de interesse, como foi realizado neste estudo. Essa distinção metodológica evidencia a contribuição original desta pesquisa para a literatura.

Embora a variável principal não tenha apresentado impacto significativo sobre a qualidade da auditoria, os resultados reforçam evidências previamente encontradas na literatura, que apontam o tamanho da empresa e o retorno sobre os ativos como preditores relevantes do gerenciamento de resultados e, por consequência, da qualidade da auditoria. Neste estudo, essas variáveis mostraram-se estatisticamente significativas: quanto maior a empresa, maior tende a ser a qualidade da auditoria; e, da mesma forma, empresas com maior retorno sobre o ativo tendem a apresentar auditorias de maior qualidade.

Os achados abrem espaço para novas investigações sobre o tema e aprofundam a discussão em torno da divulgação do relato integrado. Uma possível linha de pesquisa consiste em ampliar o período de análise, explorando o crescimento da adoção do RI e sua associação com diferentes indicadores financeiros das empresas, não apenas com a qualidade da auditoria. Outra possibilidade, e sugestão de aprimoramento, é manter a amostra utilizada neste estudo, aplicando diferentes modelos de mensuração da qualidade da auditoria, a fim de comparar os resultados obtidos.

Algumas limitações devem ser mencionadas: (i) o histórico ainda recente de divulgação do RI; (ii) a dificuldade de distinção, em alguns casos, entre o Relato Integrado e o Relatório de Sustentabilidade; (iii) a ausência, em grande parte da amostra, de um parecer de auditoria específico sobre o RI; e (iv) o fato de que as normativas relacionadas ao RI serem recentes e ainda em processo de implementação e adaptação por parte das empresas. Além disso, a qualidade da auditoria pode ser mensurada por diferentes abordagens, o que pode ter influenciado diretamente os resultados encontrados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. C. S.; CASTRO, F. C.; LAZARO, J. C. Avaliação da influência dos stakeholders na proatividade ambiental de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [s. l.], v. 7, n. 17, p. 44-58, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/56693>. Acesso em: 22 maio 2025.

ANDRADE, A. M. Como Medir a Qualidade da Auditoria? Uma Reflexão sobre as Possíveis Contribuições de Fatores Regulatórios do Contexto Brasileiro. In: ENCONTRO DA ANPAD - EnANPAD, 46., 2022, on-line. **Anais...** Maringá: ANPAD, 2022.

BAPTISTA, E. M. B. Teoria em gerenciamento de resultados. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 7-21, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/3381>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRAUNBECK, G. O. **Determinantes da Qualidade das Auditorias Independentes no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CASTANHA, E. T. et al. Relato Integrado: Evidenciação de Riscos Relacionais pelas Empresas Participantes do Projeto Piloto no Brasil. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 776-803, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.334.107769>.

CHAN, D. K.; WONG, K. P. Scope of Auditors' Liability, Audit Quality, and Capital Investment. **Review of Accounting Studies**, [s. l.], v. 7, p. 97-122, 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Resolução CVM nº 14**, de 9 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a elaboração e divulgação do Relato Integrado. Rio de Janeiro: CVM, 2020. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol014.html>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Orientação Técnica OCPC 09: Relato Integrado**. Brasília: CPC, 2020. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes/Orientacao?Id=122>.

DANG, L. **Assessing actual audit quality**. 2004. Thesis (Ph.D. in Accounting) – Drexel University, Philadelphia, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/190333992.pdf>.

DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R. Determinantes de Qualidade da Auditoria Independente em Bancos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 43-56, 2015.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting Earnings Management. **Accounting Review**, [s. l.], v. 70, n. 2, p. 193-225, 1995.

DIRI, M. E. **Introduction to Earnings Management**. [S. l.]: Springer, 2018.

FRANCIS, J. R. A framework for understanding and researching audit quality. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 125–152, 2011.
FREITAS, I. C. **Análise da associação entre qualidade da auditoria e escore ASG de empresas brasileiras**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

HIGGINS, C.; STUBBS, W.; LOVE, T. Organizational narratives of integrated reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 27, n. 7, p. 1090-1119, 2014.

HOCHBERG, Y. Venture capital and corporate Governance in the newly public firm. **Review of Finance**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 429–480, 2012.

KIM, Y.; PARK, M. S.; WIER, B. Is earnings quality associated with corporate social responsibility? **The Accounting Review**, [s. l.], v. 87, n. 3, p. 761-796, 2012.

KNECHEL, W. R. *et al.* **Audit quality**: Insights from the academic literature. [S. l.]: SSRN, 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2040754.

KOTHARI, S. P.; LEONE, A. J.; WASLEY, C. E. Performance matched discretionary accrual measures. **Journal of Accounting and Economics**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 163-197, 2005.

LEE, G.; MASULIS, R. W. Do more reputable financial institutions reduce earnings management by IPO issuers? **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 982-1000, 2011.

MILNE, M.; PATTEN, D. Securing organizational legitimacy: an experimental decision case examining the impact of environmental disclosures. **AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 372-405, 2002.

MOFFITT, J. S.; PATIN, J.-C. A.; WATSON, L. **Corporate Environmental, Social, and Governance (ESG) Performance and the Internal Control Environment**. [S. l.]: SSRN, 2023. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4472515.

MOURA, P. J. P. de; MACHADO, L. D. S. Influência do patrocínio de fundos de private equity e venture capital no gerenciamento de resultados em empresas que realizaram IPO no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 81–104, 2023.

PAIVA, N. C. *et al.* Auditoria em épocas de crise: um estudo sobre os efeitos da crise pandêmica SRS-COV-2 na qualidade da auditoria. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 76-87, 2021.

PALMROSE, Z. Analysis of Auditor Litigation and Audit Service Quality. **The Accounting Review**, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 55-73, 1988.

PEREIRA, J. O. *et al.* A influência da divulgação de informações de responsabilidade social corporativa na prática do gerenciamento de resultados das empresas brasileiras da B3. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 18., 2021, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2021. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3170.pdf>. RESENDE, D. A. C.; MARTINS, C. M. F. Relatório dos auditores independentes e os desastres ambientais da Samarco e Vale. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA - SEGeT, 17., 2022, Resende. **Anais...** Resende: AEDB, 2022. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos20/23030282.pdf>.

ROWBOTTOM, N.; LOCKE, J. O surgimento de relatórios integrados. In: ASIA-PACIFIC INTERDISCIPLINARY RESEARCH IN ACCOUNTING CONFERENCE, 7., 2013, Kobe. **Proceedings...** Kobe: APIRA, 2013.

SILVA, A. C.; FREIRE, K. P. S. O. **Gerenciamento de resultados em torno da oferta pública de ações**: um estudo realizado na pandemia da COVID-19. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2022.

SOLOMON, A.; LEWIS, L. Incentivos e desincentivos para divulgação ambiental corporativa. **Business Strategy & the Environment**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 154-169, 2002. THE INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). **The IIRC**. Disponível em: <http://www.theiirc.org/the-iirc>. Acesso em: 22 maio 2025.

VEIGA, F. F. **A auditoria do futuro**. 2021. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/24946>.

WANG, W.; TU, Y.; LI, X. ESG performance, auditing quality, and investment efficiency: Empirical evidence from China. **Frontiers in Psychology**, [s. l.], v. 13, 2022.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 131-156, 1990.

XIAO, H.; XI, J. The COVID-19 and earnings management: China's evidence. **Journal of Accounting and Taxation**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 59-77, 2021. Disponível em: <https://academicjournals.org/journal/JAT/article-full-text-pdf/8686CB666438>.

ZENG, S.; QIN, Y.; ZENG, G. Impact of Corporate Environmental Responsibility on Investment Efficiency: The Moderating Roles of the Institutional Environment and Consumer Environmental Awareness. **Sustainability**, [s. l.], v. 11, n. 17, 4512, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/17/4512>.